

REPORTAGEM DE CAPA



formando, e pediu a Baptista Jr. carona aérea para voltar a Brasília, pois teria reunião urgente com Bolsonaro no dia seguinte, um sábado. À PF, Baptista Jr. afirmou ter dito “de forma categórica” ao general, em uma sala reservada, que a FAB “não anuiria com qualquer movimento de ruptura democrática”. O recado deveria chegar a Bolsonaro. Helelno teria ficado “atônito”. A reunião de urgência seria na véspera da planejada prisão de Alexandre de Moraes pelos golpistas. Mensagens trocadas em 15 de dezembro de 2022 pelo coronel Costa Câmara com o tenente-coronel Mauro Cid mostram que os passos do juiz eram monitorados.

Cid foi chefe dos ajudantes de ordem da Presidência de Bolsonaro, por indicação do comando do Exército. Converteu-se em delator em setembro de 2023, após quatro meses de prisão preventiva no caso das carteiras fajutas de vacinação. Seu

O brigadeiro Baptista Jr. recusou-se a participar da trama e virou alvo da “tropa” bolsonarista



cárcere ficava em um quartel a 100 metros do QG do Exército em Brasília. Recebeu muitas visitas, inclusive de generais. Teria havido nesse período algum acordo com a cúpula militar para entregar Bolsonaro e tentar salvar a pele das Forças Armadas enquanto instituição?

O organizador do livro *Os Militares e a Crise Brasileira*, o cientista político João Roberto Martins Filho acredita que Gomes e Baptista Jr. não tomaram sozinhos a decisão de falar o que falaram à PF. Pelo modo como funcionam os militares, uma família, a dupla combinou com suas corporações, acredita. “Quem chega a comandante das Forças Armadas não chega sozinho e, quando sai, não sai fazendo coisas da própria cabeça.” É de se notar, prossegue, que a dupla implicou não só Bolsonaro, mas

ANTONIO CRUZ/ABR. BRUNO SPADA/AG. CÂMARA. JOELSON NERY/FORÇA AÉREA BRASILEIRA. VALTER CAMPANATO/ABR E 2 SGT. CARVALHO/MARINHA DO BRASIL

também Braga Netto, Nogueira, Heleno e Garnier. “Acabou a impunidade para alguns para continuar a impunidade da instituição. As Forças Armadas vão sair como salvadoras da pátria. E o engraçado é que durante o governo Bolsonaro ninguém o enfrentou.”

Não enfrentou, pois se tratava de um “governo de militares, e de altas patentes”, na visão de um coronel da reserva do Exército, Marcelo Pimentel de Souza. “Quem chegou ao poder foi uma geração de militares dos anos 1970, a mesma de Bolsonaro. Os mais antigos são todos bolsonaristas, sou exceção.” A ascensão da farda, acrescenta, começou pelos idos de 2013, com atos na porta de um quartel do Exército na capital paulista e avançou em 2014 no embalo da Comissão Nacional da Verdade, da Operação Lava Jato e do lançamento da candidatura presidencial de Bolsonaro na Academia Militar das Agulhas Negras. Em novembro de 2014, menos de dois meses após a reeleição de Dilma Rousseff, o capitão foi à formatura anual da Aman e declarou: “Eu estou disposto em 2018, seja o que Deus quiser, a tentar jogar para a direita esse País”. Ato de caráter eleitoral é proibido em quartéis. O chefe da Aman à época era o general Tomas Miguel Ribeiro Paiva, atual comandante do Exército. *CartaCapital* questionou Paiva, via assessoria de imprensa, em 18 de março, sobre o episódio de 2014 e sobre atuais investigações em curso na PF a envolver militares. Até a conclusão desta reportagem, na manhã da quinta-feira 21, não houve resposta.

Duas semanas após Bolsonaro ir à Aman, ficou pronto o relatório da Comissão Nacional da Verdade, que investigou violações de direitos humanos pelo regime. O documento listava 434 mortos e desaparecidos, número considerado subestimado, lembra Carla Osma, uma das pesquisadoras que tra-



O almirante Garnier e o general Oliveira eram entusiastas da quartelada

**AS FORÇAS
ARMADAS DÃO
SINAIS DE QUE
VÃO ENTREGAR
ALGUMAS
CABEÇAS PARA
PRESERVAR A
INSTITUIÇÃO**



Bolsonaro ordenou a falsificação da carteira de vacinação, diz Mauro Cid

balharam na CNV e atualmente é professora de Direito da Unifesp. Diferentemente de outras comissões do gênero na América Latina, compara, a brasileira saiu do papel mais de 25 anos após o fim da ditadura. “O principal obstáculo para o avanço dos trabalhos foi a falta de colaboração das Forças Armadas. Consta do relatório que, dos ofícios enviados ao Ministério da Defesa com pedidos de informações, somente uma parcela pequena foi atendida e, ainda assim, com poucos resultados objetivos para a atividade investigativa.” A acadêmica ressalta: criar um museu da memória da ditadura, aquele de que falava Flávio Dino, era uma das recomendações da comissão, juntamente com o prosseguimento da Comissão de Mortos e Desaparecidos.

“O Exército acredita que deu um contragolpe em 1964 e sempre buscou dar uma aparência institucional à ditadura. A Constituição de 1967 tratorou aquela de 1946. O AI-5 de 1968 foi incorporado à Constituição de 1969”, recorda o coronel Souza. Com o AI-5, o regime permitiu-se fechar o Congresso, cassar parlamentares e juízes do Supremo. “A Lei de Anistia foi um equívoco e Lula também comete um, ao proibir manifestações sobre os 60 anos do golpe. Ele fez um ato para lembrar um ano do 8 de Janeiro.” Vale lembrar: haverá um almoço no Clube Militar nos próximos dias para cele-

brar a tomada de poder 60 anos atrás.

A ditadura inaugurada em 1964 foi um “retrocesso” e seu “saldo não é bom, diz o historiador Manuel Domingos Neto, especialista em Forças Armadas. O autor do livro *O Que Fazer Com o Militar?*, de 2023, defende refundar a caserna. “Os militares se sentem os pais-fundadores do Brasil, se sentem melhores do que os civis.” A visão fundacional vem da propaganda de que o Exército nasceu em 1648, em guerras de expulsão de holandeses do Nordeste. O motor da união das Forças Armadas com Bolsonaro, antes mesmo da eleição de 2018, foi social e geopolítico, na visão de Domingos Neto. “Elas têm tradição de luta contra os brasileiros, vide o massacre de Canudos, não contra as potências interessadas nas riquezas do Brasil. E não admitem que o Brasil mude o alinhamento com o Ocidente e os Estados Unidos. Bolsonaro foi joguete das Forças Armadas”, acredita o historiador. A ausência de punição aos participantes do regime, prossegue, contribuiu para o golpismo de parte dos quartéis na era Bolsonaro. “Deixaram o poder convictos de que fizeram o certo, está na medula deles.”

“**V**ivemos num país que nunca responsabilizou as Forças Armadas por autoritarismo. O discurso punitivista da direita sobre crimes como sequestro e roubo é de que há muita impunidade. Essa mesma lógica não se aplica aos militares. Aí há uma impunidade virtuosa”, alfineta o advogado criminalista Davi Tangerino, professor de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que acredita em punições agora, limitadas a alguns generais (Braga Netto, Heleno) e um almirante (Garnier). Quanto a coronéis, ele é cético. “É difícil separar golpismo de ideologia. Pegue o caso do Silvinei.” Silvinei Vasques era o diretor da Polícia Rodoviária Federal e está preso em ca-

PUNIÇÕES AGORA SERÃO SUFICIENTES PARA CONTROLAR A SANHA GOLPISTA DOS MILITARES, TRAÇO HISTÓRICO?

ráter preventivo pela tentativa de dificultar a votação no segundo turno da eleição em rincões onde Lula era favorito. É o único da corporação.

Para Tangerino, ex-chefes militares que agora deduram Bolsonaro e alguns colegas não tinham muito o que fazer na época dos acontecimentos, além de resistir. “O general Freire Gomes iria procurar quem? Lira? Aras? Ora, ele sabia que não ia dar em nada, que seria engolido pela máquina. E dar uma de herói na mídia é impensável para um militar.” Arthur Lira era e é o presidente

da Câmara dos Deputados, a quem cabe aceitar ou não abrir um processo de *impeachment* contra o chefe da nação. Augusto Aras era o procurador-geral, única autoridade com poder para processar o presidente por crime comum. “Isso tudo não impede que haja uma condenação da História aos militares por causa do governo Bolsonaro”, observa.

Fonteles tem uma leitura parecida em relação à postura do general Gomes e do brigadeiro Baptista Jr. no fim de 2022, quando ocorreram as reuniões. O outro momento relevante da trama viria a ser o 8 de Janeiro de 2023, espécie de *grand finale* de uma história mais longa, na avaliação do ex-chefe da PGR. “O procurador-geral vai precisar fazer uma denúncia forte e sólida, acredito que será uma só sobre tentativa de golpe.” E militares, serão punidos? “Na medida em que está clara a participação de alguns de alta patente, sim. E também no âmbito administrativo (pelas próprias Forças Armadas).” O senhor não tem nenhum receio de que as Forças Armadas não aceitem as punições? “Não.” •



Quem esquece corre o risco de ser atropelado por tanques

ARQUIVO NACIONAL